

1

A INCLUSÃO E O COTIDIANO NA E DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO CEPROCAMP/FUMEC

Ingred Luana Souza Rosário Tanihara¹

Sandra Mara Fulco Pirola²

Categoria: relato de experiência

Eixo temático/Área de conhecimento: Serviços de apoio à escolarização inclusiva

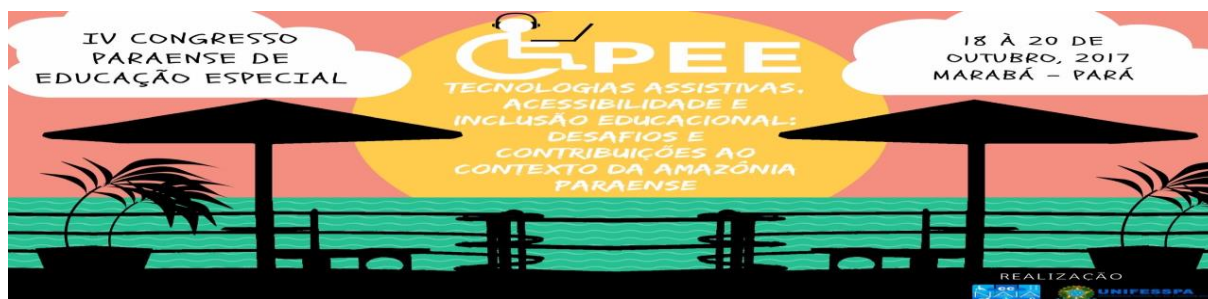
RESUMO: A sala de recursos multifuncionais(SRM) e o atendimento educacional especializado (AEE) passaram a fazer parte das propostas inclusivas na educação escolar nas redes públicas de ensino. Constitui mais um espaço presente na escola e, por excelência, seu propósito é garantir recursos de acessibilidade e acompanhamento aos alunos com deficiência que participam das aulas regulares e seus professores. O presente trabalho procura apresentar este ambiente no CEPROCAMP (Centro de Educação Profissional de Campinas “Prefeito Antônio da Costa Santos”), localizado no município de Campinas, SP. Busca descrever os procedimentos gerais que envolvem o AEE e apontar os resultados almejados na perspectiva de educação inclusiva. Optou-se por apresentá-lo na forma de relato de experiência por se considerar, entre tantas outras experiências voltadas a processos inclusivos, uma forma de ampliar o conhecimento sobre esta modalidade de atendimento que, embora viva e atuante, ainda precisa ser mais divulgada, conhecida e respeitada nos espaços educacionais.

Palavras-chave: 1. Sala de recursos. 2. Atendimento educacional especializado. 3. Inclusão.

1 - INTRODUÇÃO

¹ Professora de Educação Especial na Fundação Municipal para Educação comunitária (FUMEC), Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação (FE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), possui especialização em Atendimento Educacional Especializado, mestranda em educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da FE/UNICAMP, e bolsista CAPES.

² Professora de Educação Especial na Fundação Municipal para Educação Comunitária (FUMEC). Mestre em educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos UFSCar. Doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP.



2

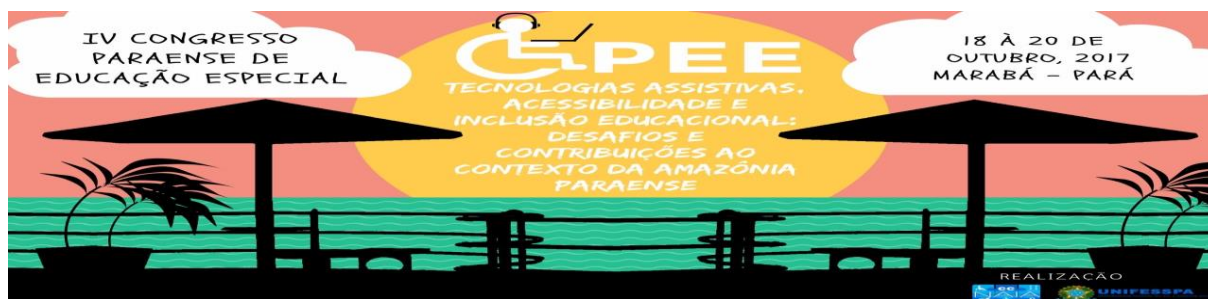
Refletindo sobre a educação inclusiva, pode-se afirmar que esta é um direito assegurado na Constituição Federal de 1988 para todos os alunos e a efetivação desse direito deve ser cumprida pelas redes de ensino, sem nenhum tipo de distinção. Além disso, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 e regulamentado pelo decreto nº 7.611/2011 e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais regulamentadas pela Resolução nº 04/2009.

As salas de recursos multifuncionais (SRM) são espaços físicos localizados nas escolas públicas onde se realiza o AEE. Nelas, encontram-se mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, equipamentos específicos, e recursos de acessibilidade para o atendimento dos alunos que são público-alvo da Educação Especial (EE) e que necessitam do AEE.

De acordo com a LDB nº 9394/1996 as pessoas que representam público-alvo da EE são: alunos com deficiência (aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial); alunos com transtornos globais do desenvolvimento; e alunos com altas habilidades/superdotação (aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade).

A SRM acolhe a todos os alunos com as especificidades citadas acima, sua organização e administração são de responsabilidade da gestão escolar e o professor que atua neste serviço educacional deve ter formação para o exercício do magistério de nível básico e habilitação específica em EE, adquiridos em cursos de graduação e/ou de especialização.

O Decreto nº 7611/2011 dispõe sobre o AEE, o definindo no §1º do art. 2º, como o “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente”, prestados de forma complementar e



3

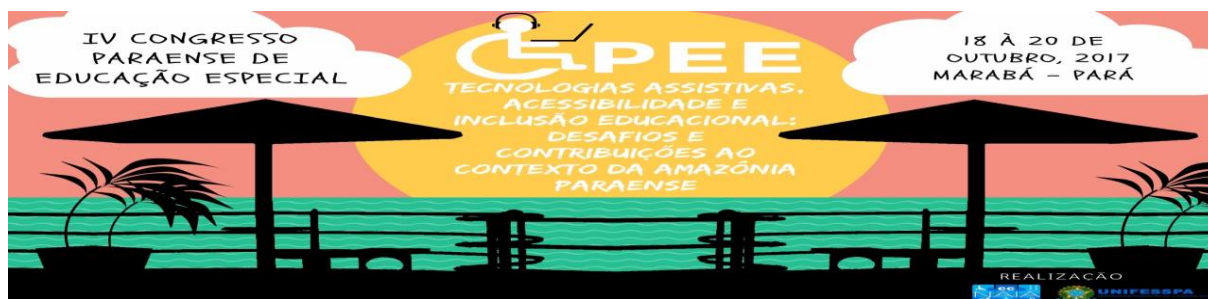
suplementar. Entende-se a primeira forma como um apoio permanente e limitado, no sentido de ser limitado ao tempo e à frequência dos estudantes às SRM e, a segunda forma, direcionada a incentivar suas potencialidades e trabalhar para superar suas dificuldades. O §2º do art.1º do mesmo decreto, determina que o AEE deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolvendo a participação da família, atendendo as necessidades dos alunos e se articular com as demais políticas públicas.

A amplitude da EE se mostra em uma série de normas e cartas de intenções como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2007), promulgada por meio do Decreto nº 6949/2009, de 30 de março de 2007, fundamentada nos marcos legais e princípios pedagógicos, da igualdade de condições de acesso à participação em um sistema educacional inclusivo. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) define a EE como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, ou seja, perpassa toda a estrutura educacional.

Em 2008, o Decreto nº 6.571 instituiu, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)³, o duplo cômputo da matrícula dos alunos público-alvo da EE, uma em classe comum da rede pública de ensino e outra no AEE, na SRM, o que implica num maior financiamento à escolas que tem SRM.

Outra importante contribuição é através da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que estabelece as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, definindo no art. 5º que o AEE, prioritariamente, deve ser realizado nas SRM da própria escola

³O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006 ver <<http://www.fnnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>>. Acesso em 30/09/2017.



4

ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns (BRASIL, 2009).

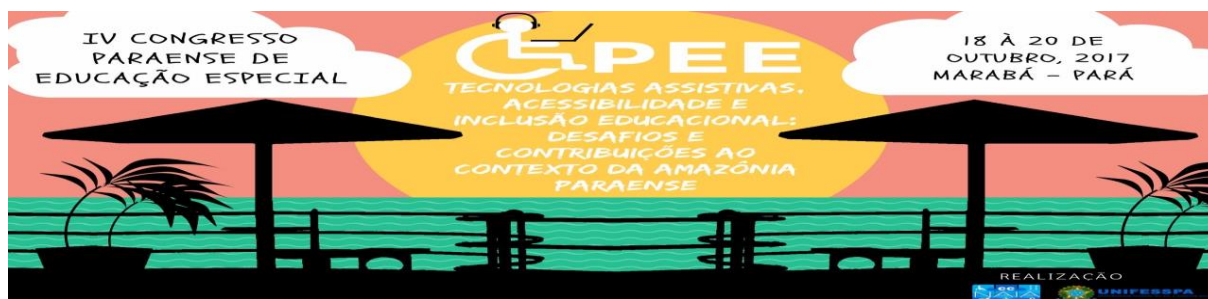
Nesses termos, a educação inclusiva procura superar os modelos de integração em escolas e classes especiais, compreendendo a escola como um todo.

O CEPROCAMP dispõe de uma SRM e conta com o AEE. Pela relevância deste apoio na esfera educacional e sua dimensão e impacto que apresenta na perspectiva de inclusão escolar e social, propõe-se o compartilhar deste relato com outros profissionais da educação e áreas afins. Criado em 2004, pelo Decreto nº 14.887, de 30 de agosto de 2004, como órgão desprovido de personalidade jurídica e vinculado à FUMEC, o CEPROCAMP tem o objetivo de oferecer cursos de educação profissional para:

contribuir para o crescimento e melhoria da qualidade de vida da população de menor renda; articulando processos de aprendizagem para que o aluno possa caminhar pelo mundo do trabalho e nele permanecer. Sua implantação foi possível através de convênio com o Governo Federal, o que garantiu os recursos necessários para a reforma do prédio e aquisição de equipamentos (CEPROCAMP, 2017)⁴.

O prédio foi construído dentro de um dos galpões da Estação Cultura, antiga Estação Ferroviária, na cidade de Campinas, SP. Os recursos necessários para a reforma do prédio e aquisição dos equipamentos foram garantidos pelo convênio com o governo federal, por meio do PROEP – Programa de Expansão de Educação Profissional do Ministério da Educação – MEC (CEPROCAMP, 2017). Além de atender à demanda de qualificação profissional de jovens e adultos nos níveis básico e técnico da educação profissional, o CEPROCAMP busca formar o educando para o exercício da cidadania, proporcionando-lhe conhecimentos que lhe permita executar funções demandadas pelo mundo do trabalho e aprofundamento em estudos posteriores (JACONI, 2009).

⁴ Disponível em <<https://www.ceprocamp.sp.gov.br/?q=node/12>>. Acesso em 24/09/2017.



5

O CEPROCAMP trabalha com um sistema de cotas, sendo 10% das vagas destinadas à pessoas com deficiência e que, de acordo com o Decreto nº 3.298/1999, comprovarem, por meio de laudo médico terem deficiência física, auditiva, visual, mental⁵ ou múltipla.

Procurou-se apresentar esse relato de experiência da seguinte forma, como consta a seguir: os objetivos; a metodologia do trabalho que inclui as informações sobre o local, os participantes, os recursos e procedimentos gerais e específicos envolvidos; e os resultados esperados. Trata-se de uma tentativa de contribuição para um tema que caminha em um processo de estudos e discussões e que, acredita-se, um campo que ainda está por se delinear e se definir, representando uma contribuição efetiva para os alunos com comprometimentos.

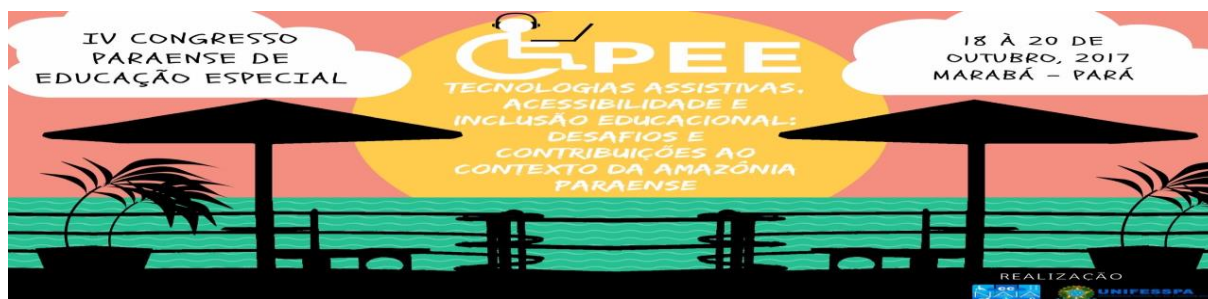
Dessa forma, os objetivos deste relato de experiência são: descrever e caracterizar a sala de recursos multifuncionais do CEPROCAMP; descrever os procedimentos gerais que envolvem o AEE e; apontar os resultados almejados e esperados na perspectiva de educação inclusiva.

2 - METODOLOGIA

2.1 - O local da experiência

Como dito na parte introdutória, trata-se de um relato de experiência referente ao trabalho de SRM desenvolvido em escola técnica/profissional de Campinas/SP localizada na região central da cidade, o CEPROCAMP. O AEE é ofertado aos alunos no turno oposto ao das aulas regulares. Esta SRM é ampla e está localizada no andar térreo da escola, possui mobiliário adequado, equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização e contribuem com a eliminação das barreiras que impedem a plena participação dos

⁵ Nomenclatura utilizada na época do Decreto.



6

alunos público-alvo da EE, com autonomia e independência, no ambiente educacional.

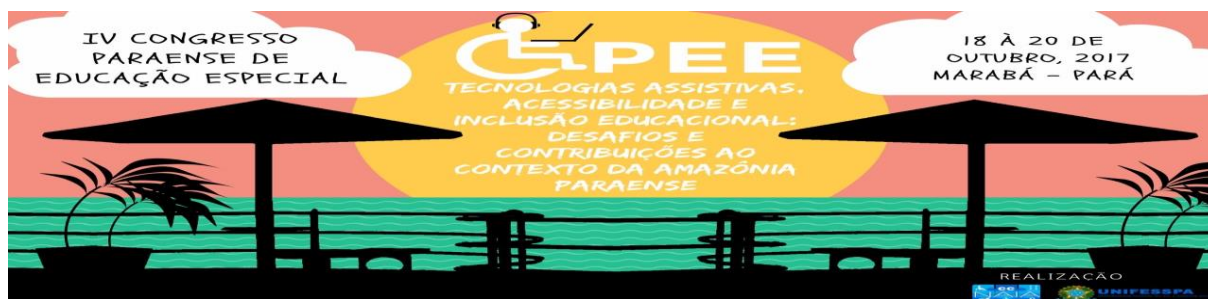
Além dessa unidade central, o CEPROCAMP conta ainda com outras Unidades, localizadas em outros bairros periféricos da cidade. Ainda que a proposta da SRM seja atender a todos os alunos matriculados na FUMEC, inclusive dessas outras unidades, o que acontece na prática é que quase a totalidade dos alunos que participando atendimento na SRM são os que estão matriculados no próprio CEPROCAMP centro. Nossa hipótese é de que isso ocorre devido a dificuldade causada pela distância e, muitas vezes, dificuldade de conciliar horários aos de funcionamento da SRM.

2.2 - As professoras e os alunos participantes

Este relato de experiência refere-se ao período de atuação de duas professoras (autoras deste trabalho) inseridas na Educação Especial, em SRM, de uma escola profissional pública, o CEPROCAMP, na cidade de Campinas, SP. A experiência retrata o período de setembro de 2015 a setembro de 2017.

Estas professoras ingressaram no CEPROCAMP no ano de 2015, após concurso público realizado no ano de 2014 e, desde então, desenvolvem um trabalho de inclusão dos alunos público-alvo da EE em cursos técnicos, na modalidade pós-médio, em cursos de qualificação profissional de formação inicial e continuada e nos Programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) ambos mantidos pela Fundação Municipal para a Educação Comunitária (FUMEC), que é uma autarquia pública integrante da gestão indireta da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Campinas.

Além das duas autoras deste relato, há mais uma professora que desempenha o mesmo trabalho, totalizando três professoras na SRM, cada uma em um turno (manhã, tarde ou noite). Estas atuam em uma jornada diária de 3 horas/aulas



7

(cada hora aula tem 50 minutos, totalizando 2 horas e 30 minutos diários), ou seja, o tempo que a SRM funciona diariamente é de 7 horas e 30 minutos.

Deve-se ressaltar que embora o atendimento esteja disponibilizado para estudantes de diferentes modalidades da EJA e cursos técnicos e de qualificação, público-alvo da EE, inclusive aqueles matriculados em todas as unidades da FUMEC⁶, para este relato de experiência, considerando as limitações do trabalho, será feito um recorte com referência apenas ao atendimento aos alunos da educação profissional de nível técnico do CEPROCAMP.

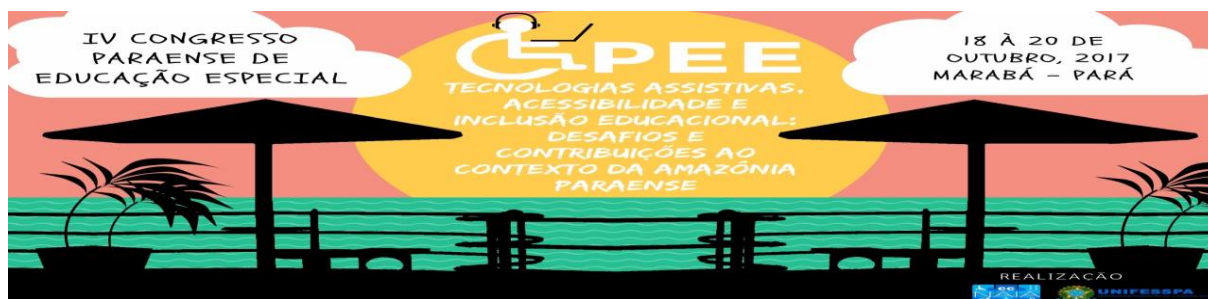
2.3 - O Programa de implantação da sala de recursos

O Governo Federal, por meio do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais” (MEC, 2012) constituiu uma medida estruturante para a consolidação de um sistema educacional inclusivo que contribui para garantir uma educação de qualidade. Surgiu com o objetivo de apoiar a organização e a oferta do AEE, aos estudantes público-alvo da EE matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.

Sobre as ações incluídas no Programa, este disponibiliza as escolas públicas um conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de AEE. Cabe ao sistema de ensino, a contrapartida de disponibilizar espaço físico para implantação dos equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como, do professor para atuar na sala.

Existem dois modelos de SRM, o MEC fornece o modelo de sala de acordo com o público a ser atendido. O modelo 1 é formado por materiais para diversas

⁶Os alunos da FUMEC⁶ são os que estão matriculados nas turmas de EJA, do primeiro segmento, ou seja, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, alunos do programa “Consolidando a Escolaridade” que propõe um reforço aos alunos que já concluíram as séries iniciais do ensino fundamental e alunos do Ensino Profissional, cursos técnicos, na modalidade pós-médio e cursos de qualificação profissional inicial e continuada.



8

deficiências com exceção à deficiência visual. Já o modelo 2 conta com os materiais do modelo 1 acrescidos de materiais para deficiência visual.

O modelo implantado no CEPROCAMP é o 2. As tabelas abaixo apresentam a relação de equipamentos fornecidos pelo programa.

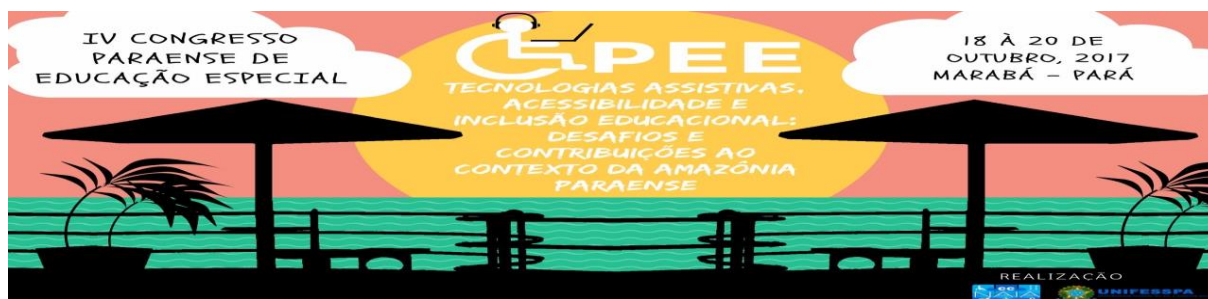
Tabela 1: Relação de equipamentos para Sala de Recursos Multifuncionais (modelo 1)

EQUIPAMENTOS		MATERIAIS DIDÁTICO-PEDAGÓGICO	
Quantidade	Tipo	Quantidade	Tipo
02	Microcomputadores	01	Material dourado
01	Laptop	01	Esquema Corporal
01	Estabilizador	01	Bandinha Rítmica
01	Scanner	01	Memória de Numerais I
01	Impressora laser	01	Tapete Alfabético Encaixado
01	Teclado com colméia	01	Software de Comunicação Alternativa
01	Acionador de pressão	01	Sacolão Criativo Monta Tudo
01	Mouse com entrada para acionador	01	Quebra Cabeças – sequências lógicas
01	Lupa eletrônica	01	Dominó de Associação de Ideias
MOBILIÁRIOS		01	Dominó de Frases
Quantidade	Tipo	01	Dominó de Animais em Libras
01	Mesa redonda	01	Dominó de Frutas em Libras
04	Cadeiras	01	Dominó Tátil
01	Mesa para impressora	01	Alfabeto Braille
01	Armário	01	Kit de lupas manuais
01	Quadro Branco	01	Plano inclinado – suporte para leitura
02	Mesas para computador	01	Memória Tátil
02	Cadeiras		

Fonte: MEC (2012)

Tabela 2: Relação de equipamentos para Sala de Recursos Multifuncionais (modelo 2)

Equipamentos e Materiais	
Quantidade	Tipo
01	Impressora Braille – pequeno porte



9

01	Máquina de datilografia Braille
01	Reglete de Mesa
01	Punção
01	Soroban
01	Guia de Assinatura
01	Kit de Desenho Geométrico
01	Calculadora Sonora

Fonte: MEC (2012)

2.4 - Os procedimentos gerais e específicos das professoras da SRM

Em relação ao professor da SRM, conforme Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 12, para atuar no AEE este deve ter formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na Educação Especial. A função deste docente é realizar esse atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades específicas dos alunos público-alvo da EE.

As atribuições gerais inerentes ao trabalho do professor de AEE contemplam atividades, tais como: elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno; definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno; organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis; ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; comunicação Alternativa e Aumentativa – CAA; atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular; acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares; articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino; orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno; interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras.



10

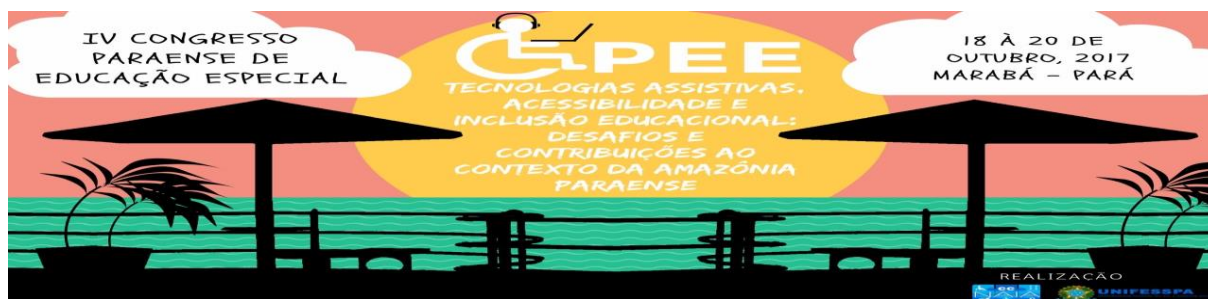
Em relação ao trabalho cotidiano desempenhado pelas professoras de AEE pode-se dizer que a definição de estratégias é fundamental. A estratégia nunca pode se perder e se desvincular de sua orientação inicial, definida por objetivos reais, plausíveis e considerando etapas a serem exploradas.

O trabalho desenvolvido na SRM reflete concepções teóricas e contribuições de diversos autores, como por exemplo: Piaget, Vigotski, Wallon, Freire etc. Esses autores são uma referência importante para se pensar a aprendizagem desses alunos e propostas de avaliação e intervenção. De toda forma, se faz necessário o desenvolvimento de estratégias diferenciadas para cada aluno. Não se trata de uma prática homogênea, os alunos possuem suas especificidades e diferenças, habilidades e potencialidades, e percorrem caminhos diferentes para aprender e se desenvolver.

Não existe um método traçado para o trabalho na SRM assim como, de forma alguma, se pode utilizar uma gama de métodos ou recursos indiscriminadamente. O método ideal é aquele que se adéqua ao aluno especificamente, seus saberes, dificuldades e necessidades. O planejamento de trabalho, embora elaborado periodicamente, deve ser flexível e passível de alterações sempre que necessário.

Em relação aos procedimentos específicos da SRM é possível mencioná-lo na forma de passo-a-passo, considerando as atribuições do professor da SRM já apontadas. O primeiro passo é sempre conhecer o público-alvo, os alunos que vão necessitar do apoio do AEE, entrando em contato com aqueles cujas matrículas apresentam laudo. As professoras organizam a demanda de alunos para acompanhamento e viabilizam o contato pessoal e individual com cada um deles. Durante as primeiras semanas letivas realizam a *anamnese*⁷ com cada aluno e/ou sua família em ficha devidamente adaptada para o trabalho da EE.

⁷ Pesquisa sobre os alunos desenvolvida sob um modelo pré-definido pelo professor responsável (grifo nosso).



11

O segundo passo refere-se ao estudo de caso de cada aluno buscando verificar quais são aqueles alunos que efetivamente precisarão do AEE, sendo o critério para tal, a observação da existência de barreiras de acessibilidade para a efetiva participação do aluno nas aulas. Essas barreiras podem ser representadas por vários fatores, como: necessidade de recursos ou materiais de acessibilidade, dificuldades nos processos de ensino e aprendizagem e nas interações na sala regular, necessidades de outro atendimento profissional etc.

O terceiro passo diz respeito à organização dos atendimentos pelas professoras, como horários, frequência de atendimentos bem como produzir e/ou disponibilizar recursos de acessibilidade orientando, se preciso, professores e alunos sobre seu uso.

Em seguida, é traçado o plano de AEE, se estabelecendo metodologias, planejando as atividades, organizando e produzindo materiais e recursos, assim como disponibilizando recursos de acessibilidade com orientações aos professores e alunos sobre seu uso. Após essa etapa, segue-se a avaliação contínua e conjunta com os professores acerca das intervenções do AEE e seus resultados no aproveitamento dos alunos.

As professoras da SRM agendam suas participações nos tempos pedagógicos da unidade escolar com apresentação da área e demanda para aquele semestre/ano letivo. Os professores do ensino regular sempre podem realizar encaminhamentos ou solicitar informações de alunos. As professoras também se utilizam do tempo pedagógico para compartilhamento de casos e procedimentos de trabalho. Participam de reuniões externas promovidas pela FUMEC/CEPROCAMP e reuniões internas, com núcleo pedagógico e gestão do CEPROCAMP, realizadas sempre que necessário para discussão/organização dos atendimentos e documentos da EE.

A documentação relativa ao trabalho na SRM inclui: planejamento semestral (geral e individual dos casos); ficha de registro de frequência de cada aluno;



12

cronograma mensal de todos os atendimentos realizados; relatórios trimestrais de cada aluno; relatos e retornos de casos para a pasta dos professores; relatórios e encaminhamentos para solicitações externas, sempre que necessário.

3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 - O trabalho pedagógico e a busca pelo processo inclusivo

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, consubstanciada na Resolução CNE/CP nº. 02/2001 traz a importância da avaliação e do processo de ensino e aprendizagem para a identificação das necessidades educacionais especiais. Logo, o processo de avaliação precisa ser desenvolvido no sentido de ter em vista a relação interpessoal que se estabelece entre professor e aluno, valorizando o processo de ensino e de aprendizagem, para contribuir na busca e conhecimento das estratégias de aprendizagem dos alunos.

Pode-se dizer que o cotidiano na SRM é novo a cada dia, cada aluno é diferente, cada situação é singular. Nesse sentido, qualquer resultado deve ter o olhar voltado para as singularidades, para os percursos e avanços individuais, sem qualquer comparação ou medida com os demais alunos. Os alunos devem ser acompanhados e avaliados de forma qualitativa e continuamente. Não se pode perder de vista suas aprendizagens e novas aquisições, o nível alcançado e a sequência das intervenções e/ou (re)planejamento, quer sejam da professora da SRM ou dos professores da sala comum. Os planejamentos individuais são revistos, avaliados e (re)planejados, se necessário, a qualquer momento.

Quanto aos resultados obtidos na SRM, podemos dizer que os objetivos foram alcançados em cada mudança observada nos alunos, mínima que seja, nas avaliações e relatos dos professores do ensino comum; nas avaliações e comentários do próprio aluno sobre si mesmo, suas motivações e interesses; o sucesso nas



13

adaptações curriculares realizadas etc. É o processo inclusivo e suas demandas que oferecem dados sobre esse trabalho e as intervenções necessárias.

O exercício da reflexão das professoras sobre o processo de ensino e aprendizagem e sobre as oportunidades de interação do aluno com o conhecimento deve ser realizado sistematicamente, a fim de avaliar a eficácia das estratégias e adaptações pedagógicas. Essa reflexão contínua vai contribuir para a garantia da qualidade do AEE com o propósito real de eliminação de barreiras para a promoção da aprendizagem e inclusão escolar.

Um ponto interessante a se destacar quando se fala em resultados do AEE no trabalho com alunos jovens e adultos de cursos técnicos é o avanço na autoestima e autoconfiança que estes adquirem a partir deste trabalho de apoio. É notória a interferência que cada apropriação exerce no comportamento geral desses alunos. Começam a se sentir mais seguros e se interessar mais pela escola. Passam a participar das atividades coletivas em classe. A frequência e participação na sala comum melhoram significativamente. O vínculo e o aspecto afetivo, embora não componham exclusivamente os objetivos da AEE, parecem ser motores condutores no trabalho em SRM. Em consequência, o fator inclusão começa a mostrar sua face.

De toda forma, quando se trata de procedimentos de ensino, quer sejam as professoras da AEE, quer sejam os professores do ensino comum, todos têm um papel essencial no processo de aprendizagem dos alunos, já que suas práticas e procedimentos são determinantes para que os alunos aprendam ou não de forma significativa.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato procurou pontuar algumas questões inerentes à SRM e o AEE. As professoras buscaram compartilhar neste texto as características e os procedimentos utilizados na SRM do CEPROCAMP. Em caminho concomitante aos cursos regulares



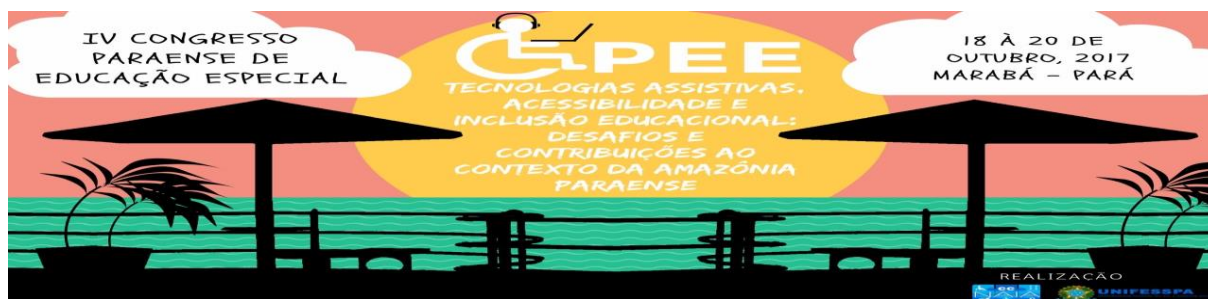
14

a SRM também atende nos três turnos de forma a facilitar e possibilitar a frequência dos alunos no contraturno escolar. Trata-se de uma mudança inovadora de perspectiva inclusiva para a área educacional, especialmente em se tratando de escolas técnicas. Para muito além de ambientes restritivos e segregados como os que haviam num passado não muito distante, como as salas e escolas especiais, hoje os alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação podem usufruir da escolarização nas salas e ambientes regulares junto aos demais alunos, recebendo, para tanto, eles e seus professores, todo o suporte de atendimento e recursos que possam suprir as barreiras no processo de ensino e aprendizagem. Isso representa, sem dúvida, um avanço para a educação.

Além disso, os aspectos e a dinâmica que permeiam o trabalho na SRM extrapolam o seu espaço físico enquanto sala ambiente, se estendendo a toda a unidade escolar e, no caso da SRM do CEPROCAMP essas questões extrapolam também o prédio escolar, pois o atendimento se estende a alunos matriculados na FUMEC distribuídos, por toda a cidade de Campinas.

No entanto, como toda mudança de caráter educacional, a chegada da SRM também não deixa de apresentar pontos frágeis e passíveis de reflexões e (re)planejamentos, sejam referentes aos alunos, ao espaço, às professoras de AEE e/ou das salas comuns. Um desses pontos frágeis refere-se, como já se disse no decorrer do texto, a algumas dificuldades para que o aluno frequente a sala no contraturno, como falta de subsídio de transporte, horários, trabalho e outras responsabilidades etc. Nesse sentido, as professoras procuram sempre uma alternativa que torne o atendimento possível ao aluno, o que nem sempre se efetiva.

Outra questão refere-se à questão tempo e espaço/localização que a sala ocupa na unidade escolar. Sobre o tempo, a escola funciona das 8h00 às 22h20 (14 horas e 20 minutos), e o tempo de funcionamento da SRM é de 07h30, ou seja, em metade do tempo de funcionamento da escola a SRM permanece fechada. Sobre o espaço, é importante que este seja acessível aos alunos com mobilidade reduzida.



15

Outro ponto frágil é a necessidade de formação aos professores e suporte continuado para as questões que envolvem a EE e a sala de recursos. As professoras se organizam continuamente de forma a contribuir com esse suporte, oferecendo palestras e orientações, em horários de reuniões coletivas dos professores na escola, o que ainda é insuficiente diante de suas necessidades formativas. E ainda, em relação às professoras da SRM, poderia/deveria ser-lhes oferecida uma jornada ampliada, de forma a contar com maior tempo para preparo de materiais de tecnologia assistiva, conversar com familiares dos alunos, com a equipe da escola e fazer parcerias com outras instituições, ou mesmo para estudos e discussões relativas ao trabalho.

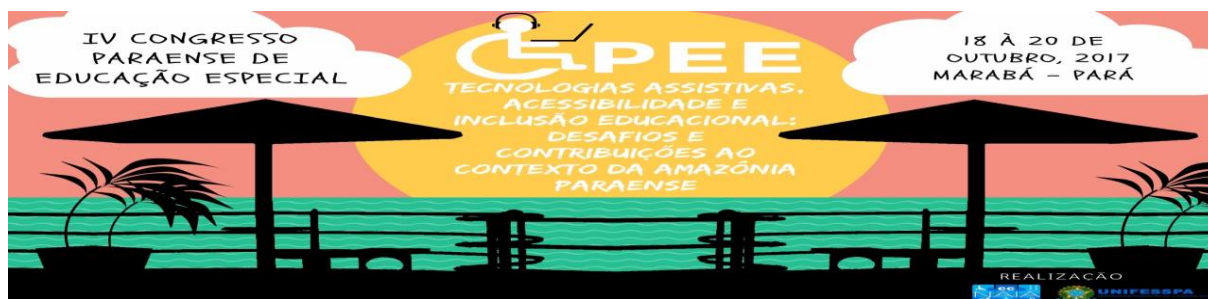
De toda forma, há que se acreditar na potencialidade da mudança, no sentido de, a partir dela, novas propostas surgirem, novos questionamentos e novas reflexões, afinal, em educação, é a partir das situações cotidianas vividas e compartilhadas que novos horizontes se mostram e se transformam. Parece que não há transformação sem desequilíbrio ou mudança sem mobilização. Diante de um contexto histórico marcado pela discriminação e segregação parece que a visão para com os alunos público-alvo da EE se mostrará recente mesmo após um certo tempo histórico. E estamos convictas de que esse caminhar representa uma semente fértil e frutífera no futuro próximo.

5 – REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Secretaria de Educação Especial, MEC/SEESP, Brasília, 2008.

_____. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do Art. 60 da Lei Nº. 9.394,



16

de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto Nº. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Diário Oficial, Brasília, DF, 18 set. 2008. Seção 1, p. 26.

_____. **Decreto Legislativo nº 186, 24 de dezembro de 2008.** Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Diário Oficial, Brasília, DF, 10 jul. 2008. Seção 1, p. 1.

_____. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ONU. Diário Oficial da União, Brasília, 2009. Diário Oficial, Brasília, DF, 26 ago. 2008. Seção 1, p. 3.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 04, de 02 de Outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial, Brasília, DF, 24 set. 2009.

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Seção 1, p. 12.

_____. **Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.** MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&category_slug=fevereiro-2012pdf&Itemid=30192>. Acesso em 01.11 (nov.) 2016.

BRASIL/MEC. **FNDE. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação,** 2006.

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

JACONI, Andréia. **Evasão em cursos de formação profissional: investigando pistas.** 2009. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Educação da UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.